

CADERNO DE ENCARGOS

EP-2302A-PROJETOS ESPECIALIDADES - ILÍDIO CRISÓSTOMO DOS SANTOS

AJUSTE DIRETO

ÍNDICE

Capítulo I - Disposições gerais	4
Cláusula 1. ^a - Objeto.....	4
Cláusula 2. ^a – Contrato.....	4
Cláusula 3. ^a – Prazo de execução	4
Capítulo II - Obrigações contratuais.....	4
Secção I -Obrigações do fornecedor	5
Subsecção I - Disposições gerais	5
Cláusula 4. ^a - Obrigações principais do fornecedor	5
Cláusula 5. ^a - Forma de prestação do serviço	5
Subsecção II - Dever de sigilo e proteção de dados	5
Cláusula 6. ^a - Objeto do dever de sigilo	5
Cláusula 7. ^a – Proteção de dados.....	5
Secção II - Obrigações do Município de Alcobça.....	6
Cláusula 8. ^a - Preço contratual.....	6
Cláusula 9. ^a – Preço base	6
Cláusula 10. ^a - Condições de pagamento.....	6
Capítulo III – Modificação do contrato.....	7
Cláusula 11. ^a – Cessão e subcontratação da posição contratual por iniciativa do cocontratante.....	7
Capítulo IV – Resolução do contrato.....	7
Cláusula 12. ^a – Resolução por parte do Município de Alcobça	7
Cláusula 13. ^a – Resolução por parte do fornecedor	7
Capítulo V - Garantia de cumprimento e seguros	8
Cláusula 14. ^a - Garantia de cumprimento contratual.....	8
Cláusula 15. ^a – Seguros	8
Capítulo VI – Gestão do contrato.....	8
Cláusula 16. ^a – Supervisão e controlo.....	8
Cláusula 17. ^a – Funções do gestor do contrato	9
Capítulo VII - Disposições finais	9
Cláusula 18. ^a - Comunicações e notificações	9
Cláusula 19. ^a Contagem dos prazos	9
Cláusula 20. ^a - Legislação aplicável	10
ANEXO A - Cláusulas Especiais.....	11
Cláusula E1. ^a – Serviço a prestar	11
Cláusula E2. ^a – Contrato.....	11
Cláusula E3. ^a – Fases do Projeto	11
Cláusula E4. ^a – Especialidades do projeto	12
Cláusula E5. ^a – PSS e PPGRCD	12

Cláusula E6. ^a – Modo de apresentação	12
Cláusula E7. ^a – Retificação dos trabalhos	13
Cláusula E8. ^a – Propriedade do projeto	13
Cláusula E9. ^a – Acompanhamento	13
Cláusula E10. ^a – Elementos constituintes deste C.E.	13
ANEXO B - Projeto de Arquitetura	14
B1 - Peças Escritas	14
B2 - Peças Desenhadas	14

Capítulo I - Disposições gerais

Cláusula 1.^a - Objeto

1 — O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **elaboração dos Projetos das Especialidades abaixo indicadas referentes a uma moradia de Ilídio Crisóstomo dos Santos**, de acordo com o estabelecido no presente caderno de encargos.

2 — Na elaboração dos Projetos serão respeitados os regulamentos e as normas nacionais e comunitárias em vigor. Os projetos serão desenvolvidos com o detalhe exigido para um Estudo Prévio e/ou Projeto de Execução, consoante os casos e conforme definido na legislação vigente.

Cláusula 2.^a – Contrato

1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos **e de acordo com as exigências previstas na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação.**

2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 — O contrato contém sob pena de nulidade, a identificação completa do coordenador de projeto e dos autores de projeto, a especificação das funções que assumem e dos projetos que elaboram.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

5 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos.

Cláusula 3.^a – Prazo de execução

1 — O prazo máximo para a elaboração do projeto é de **60 dias** a contar da data da publicação da adjudicação no portal dos contratos públicos.

2 — O prazo suspende quando não forem dadas resposta às questões colocadas, devidamente fundamentadas, pelos projetistas, no prazo de três dias, e entre a entrega e aprovação das fases.

3 — A contagem do prazo é feita em dias seguidos.

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I - Obrigações do fornecedor

Subsecção I - Disposições gerais

Cláusula 4.ª - Obrigações principais do fornecedor

1 — Obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, nomeadamente:

- a) Obrigação de entrega do projeto de execução em respeito pelo Código dos Contratos Públicos, Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação, e portaria 701-H/2008, de 29 de julho;
- b) Obrigação de se pronunciar sobre a eventual lista de erros e omissões a apresentar pelos interessados da respetiva empreitada em respeito pelo disposto no artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Indemnizar a Câmara Municipal de Alcobça nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 378.º do CCP.

2 — A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.ª - Forma de prestação do serviço

Para preparação da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a efetuar uma reunião prévia de coordenação com os representantes do Município de Alcobça.

Subsecção II - Dever de sigilo e proteção de dados

Cláusula 6.ª - Objeto do dever de sigilo

1 — O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Alcobça, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.ª – Proteção de dados

1 — O artigo 6.º do **Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados** indica as situações em que o tratamento de dados é lícito, designadamente quando “o tratamento for necessário para a execução

de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré – contratuais a pedido do titular de dados”, e “o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito”.

2 — Sempre que sejam remetidos dados pessoais, nomeadamente em relação à equipa de trabalho proposta, os mesmos devam ser acompanhados de declaração de consentimento para o tratamento dos dados para esta finalidade, por parte dos seus titulares.

3 — Nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro, a **publicitação do contrato**, é feita no Portal BASE, incluindo anexos e aditamentos, **com exceção** das informações que se relacionem com segredos de natureza comercial, industrial ou outra e das **informações respeitantes a dados pessoais**.

Secção II - Obrigações do Município de Alcobça

Cláusula 8.ª - Preço contratual

1 - Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Alcobça deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Alcobça, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação dos seus meios humanos, bem como todas as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção dos seus meios materiais.

3 — Não haverá lugar a revisão dos preços durante a execução do contrato.

Cláusula 9.ª – Preço base

1 - O preço base global para o contrato definido nos termos do artigo 47.º do CCP é de **1.375,00€+IVA**.

2 - Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP são excluídas as propostas que apresentem preço contratual superior ao preço base.

Cláusula 10.ª - Condições de pagamento

1 — As quantias devidas pelo Município de Alcobça nos termos da cláusula anterior devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo Município de Alcobça das respetivas faturas, as quais devem ser emitidas após o vencimento das obrigações respetivas e devem fazer sempre referência ao n.º de compromisso e processo.

2 — Em caso de discordância, por parte do Município de Alcobça, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

3 — Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de um dos meios de pagamento utilizados pela CMA.

Capítulo III – Modificação do contrato

Cláusula 11.^a – Cessão e subcontratação da posição contratual por iniciativa do cocontratante

1 - A subcontratação pelo prestador de serviço / fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

2 - A cessão da posição contratual com iniciativa por parte do cocontratante depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial cessionário que foram exigidos ao cedente na fase de formação do contrato.

3 - A autorização da subcontratação depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado que foram exigidos ao subcontratante na fase de formação do contrato.

Capítulo IV – Resolução do contrato

Cláusula 12.^a – Resolução por parte do Município de Alcobça

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Alcobça pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Desvio do objeto da prestação de serviços;
- b) Interrupção da prestação de serviços por facto imputável ao adjudicatário;
- c) Incorreta execução dos trabalhos.

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Alcobça.

3 — Nos termos do artigo 334.º do Código dos Contratos Públicos pode proceder-se à resolução total ou parcial do contrato por razões de interesse público, em virtude de alterações na organização e/ou reestruturação dos serviços municipais, e consequentemente o tipo de serviço contratado deixar de ser necessário.

4 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante notificação ao adjudicatário com 60 dias corridos de antecedência.

Cláusula 13.^a – Resolução por parte do fornecedor

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2 — O direito de resolução é exercido por via judicial.

3 — Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Alcobça, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo V - Garantia de cumprimento e seguros

Cláusula 14.ª - Garantia de cumprimento contratual

O Município procede à retenção de 10% do valor do pagamento a efetuar, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo prestador do serviço das obrigações contratuais ou legais ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

Cláusula 15.ª – Seguros

1 — É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro da atividade que exerce.

2 — O Município de Alcobça pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro, assim como das inspeções referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo 1 dia útil.

Capítulo VI – Gestão do contrato

Cláusula 16.ª – Supervisão e controlo

1 — O Município de Alcobça designa como gestor do contrato nos termos do artigo 290.º -A do CCP, **Hélder Pereira dos Santos Delgado**, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato.

2 — O adjudicatário deverá nomear um técnico que o represente em tudo o que concerne aos serviços a prestar, o qual servirá de interlocutor entre a entidade adjudicante e o adjudicatário para a resolução e/ou conhecimento de quaisquer assuntos inerente ao objeto do contrato.

3 — Para efeitos do cumprimento do exercício das funções de gestão do contrato o adjudicatário deverá disponibilizar os contactos telefónicos e de endereço eletrónico do representante por si nomeado.

4 — O adjudicatário estará sujeito à supervisão da execução do contrato, a qual será assegurada pelo gestor de contrato.

5 — Caso se verifiquem situações anómalas e com base nos relatórios emitidos pelo gestor de contrato, será o adjudicatário notificado para regularização imediata das mesmas.

Cláusula 17.^a – Funções do gestor do contrato

1 - O gestor do contrato deve:

- a) Acompanhar permanentemente a execução do contrato assegurando a verificação da execução em conformidade com o contratualizado tendo em consideração as cláusulas fixadas no contrato, conjugadas com o caderno de encargos e a proposta do adjudicatário e demais condições legais no âmbito do objeto do contrato;
- b) Acompanhar a execução do contrato com a frequência adequada ao integral desempenho das suas funções e caso detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas;
- c) Participar ao órgão competente, bem como, quando a lei o preveja, situações que comprometam a segurança, a qualidade, o preço contratado, assim como o cumprimento do prazo previsto; e
- d) Desempenhar as demais funções e poderes delegados de notificação ao adjudicatário no âmbito da execução do contrato, exceto em matéria de modificação e cessação do contrato, as quais terão de ser aprovadas pelo órgão competente para autorizar a despesa.

2 - Quando se trate de contratos com especiais características de complexidade técnica ou financeira ou de duração superior a três anos, e sem prejuízo das funções definidas no ponto anterior, o gestor deve:

- a) Recorrer a técnicos em número e qualificações suficientes, de forma que a gestão do contrato abranja todas as áreas contratualizadas; e
- b) Elaborar indicadores de execução quantitativos e qualitativos adequados a cada tipo de contrato, que permitam, entre outros aspetos, medir os níveis de desempenho do cocontratante, a execução financeira, técnica e material do contrato.

Capítulo VII - Disposições finais

Cláusula 18.^a - Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser escritas e redigidas em português, conforme previsto no Código dos Contratos Públicos, através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.^a Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 20.^a - Legislação aplicável

1 - A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos na sua atual redação e demais, legislação aplicável.

2 – Em respeito pelo n.º 2 do artigo 1.º A do CCP, o adjudicatário compromete-se a executar o contrato em respeito pelas normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

ANEXO A - Cláusulas Especiais

Cláusula E1.^a – Serviço a prestar

1 - Pretende-se a elaboração dos projetos das seguintes Especialidades:

- a) - Fundações e Estruturas;
- b) - Projeto da Rede de Distribuição de Águas;
- c) - Projeto da Rede de Drenagem Residual Doméstica;
- d) - Projeto da Rede de Drenagem Pluvial;
- e) - Projeto de Térmica;
- f) - Ficha Eletrotécnica e termo de responsabilidade;
- g) - Projeto de Instalações ITED;
- h) - Projeto Acústico;
- i) - Projeto de Gás (certificação incluída no custo),

2 - Na elaboração dos Projetos serão respeitados os regulamentos e as normas nacionais e comunitários em vigor. Os projetos serão desenvolvidos com o detalhe exigido para um Anteprojeto, conforme os casos e como definido na legislação vigente.

Cláusula E2.^a – Contrato

1 – A obra a realizar, classifica-se em “**Categoria I**”, de acordo com a classificação prevista no artigo 11.º do Anexo I e na listagem do Anexo II, ambos, da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho.

2 – A qualificação dos técnicos que integrem a equipa de projeto deve obedecer aos requisitos mínimos exigidos na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação.

3 – Até à publicação da Portaria referida no n.º 3 do artigo 24.º, da Lei n.º 31/2009, de 1 de junho, na sua atual redação, apenas será exigido o seguro de responsabilidade civil de valor até três vezes superior ao valor da adjudicação. A CMA atuará dentro da lei geral na responsabilização dos atos do projetista que eventualmente possam lesar os interesses do Município.

Cláusula E3.^a – Fases do Projeto

1 - Para o presente procedimento, face à sua natureza e aos elementos elaborados pelos Serviços da CMA (projeto de arquitetura), que se anexam ao presente C.E., as fases do projeto são:

Anteprojeto (100%);

A Assistência Técnica está incluída no preço global.

2 – Os elementos a apresentar são os identificados no artigo 18.º do Anexo I, da portaria 701-H/2008, de 29 de julho, com as devidas adaptações ao caso concreto.

Cláusula E4.^a – Especialidades do projeto

- 1 – As especialidades constituintes do Projeto são as identificadas na Cláusula 1.^a:
- 2 – A assistência técnica será prestada através dos meios mais adequados e as deslocções à obra serão em número conveniente e razoável.
- 3 – Para efeitos da entrega do processo, tendo em conta a cláusula E6.^a, terá a seguinte estrutura:
 - **A – Peças escritas:**
 - 1 – Índice global
 - Por cada especialidade:**
 - 2 – Termo de responsabilidade pela execução do projeto;
 - 3 – Memória descritiva e justificativa;
 - 4 – Cálculos e dimensionamento;
 - 5 – Cláusulas Técnicas Gerais e Especiais;
 - 6 – Estimativa orçamental.

Nota: os termos de responsabilidade serão acompanhados com declaração emitida pela associação profissional que habilita o subscritor, de acordo com requisitos mínimos exigidos na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação.

- **B – Peças desenhadas:**

Por cada especialidade:

 - 7 - As peças desenhadas serão aquelas que sejam necessárias à compreensão do projeto e que permitam a execução da obra com rigor, plantas, alçados, cortes, pormenores, etc., nos termos da Lei.

Cláusula E5.^a – PSS e PPGRCD

Não estão incluídos no presente procedimento a elaboração do Plano de Segurança e Saúde (PSS) e Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD) da fase de projeto.

Cláusula E6.^a – Modo de apresentação

- 1 – No final o adjudicatário entregará um exemplar em suporte de papel e dois em suporte digital, um dos quais em formatos editáveis, compatíveis com o software utilizado pela CMA, para apreciação e aprovação.
- 2 – Acrescem os exemplares necessários para envio às entidades cuja análise ou parecer seja obrigatório.
- 3 - No prazo de cinco dias após a comunicação da aprovação do projeto de execução, o adjudicatário deverá entregar à CMA um exemplar original das peças escritas (folhas de papel formato A4 ou A3 quando o justifique) e das peças desenhadas (reproduzidas em papel formato normalizado entre A4 e A0), bem como o suporte informático das peças escritas e desenhadas, de acordo com o ponto 1.

Cláusula E7.^a – Retificação dos trabalhos

- 1 - Se após a apresentação do projeto a entidade adjudicante concluir pela não conformidade dos trabalhos com as condições contratuais ou pela necessidade de complemento ou de alterações por motivos imputáveis ao adjudicatário, os documentos serão devolvidos para que sejam sanadas as insuficiências verificadas.
- 2 - A entidade adjudicante poderá, em face de circunstâncias excepcionais, mandar suspender os trabalhos em curso, por não cumprimento por parte do adjudicatário de instruções recebidas que caibam dentro da presente adjudicação e da regulamentação em vigor.
- 3 - Nestas circunstâncias, o adjudicatário não será indemnizado por quaisquer prejuízos daí resultantes.

Cláusula E8.^a – Propriedade do projeto

- 1 - Após o pagamento total do projeto, a entidade adjudicante passa a ser a sua proprietária, e reserva-se o direito de o fazer executar ou não, e utilizar qualquer das suas peças como entender.
- 2 - O adjudicatário cede à entidade adjudicante a propriedade do projeto contratado.

Cláusula E9.^a – Acompanhamento

- 1 – O acompanhamento será feito pelo coordenador do projeto, Arq.^o Armando Coutinho, designado pela CMA e pelo gestor do contrato identificado na cláusula 16.^a neste CE.
- 2 – Na fase da elaboração do projeto o elemento designado pela empresa reunirá com o Coordenador do Projeto e com o Gestor do Contrato as vezes consideradas necessárias para o cumprimento do estabelecido neste CE.

Cláusula E10.^a – Elementos constituintes deste C.E.

- 1 – São partes integrantes deste C.E. os elementos constantes no ANEXO B:

ANEXO B - Projeto de Arquitetura

B1 - Peças Escritas

B2 - Peças Desenhadas